



Recomendamos que o novo marco legal trate somente de espécies nativas da biodiversidade brasileira, sem incorporar domesticadas, sob pena de trazer insegurança jurídica aos usuários do sistema de acesso à biodiversidade brasileira. Posto que, caso haja cobrança da repartição de benefícios sobre espécies não nativas há risco de dupla tributação no futuro próximo – com prejuízo para a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo e interno.

#### PARLAMENTAR